

26 MAR 1985

26.04.88 Pág 3 OCS

Luc

## A decisão: Moçambique ou Japão

A definição do Brasil pela modernidade ou pelo atraso dar-se-á a partir desta semana. Se houve áqueles que viram na vitória do presidencialismo o triunfo do Brasil velho e atrasado, mais razões terão para desesperar se na Assembléa Nacional Constituinte forem aprovados os textos do projeto da Comissão de Sistematização referentes à definição de empresa nacional, à presença do capital estrangeiro no País, ao monopólio estatal sobre a produção, distribuição e transporte do petróleo, seus derivados, gases naturais e nobres — isso para não falar da luta que se travará dentro em breve no tocante à reforma agrária. O apoio da assim dita esquerda ao texto da Comissão de Sistematização é indicativo do reacionarismo que inspira os argumentos e as posturas políticas daqueles que se dizem intérpretes dos novos tempos. Fechados na estreiteza mental do pensamento nacionalista dos anos 20; fazendo da ação das multinacionais uma mescla de fantasia futurista e verdade do passado de quase um século, pretendem isolar o Brasil do mundo sem ter a coragem de proclamar o regime do Khmer Vermelho.

A grande batalha vai travar-se em torno, primeiro, do conceito do que seja *empresa nacional*. O simples fato de definir-se “empresa nacional” numa Constituição que se

pretende moderna — isto é, feita para um país que se queira relacionar intimamente com o mundo industrializado — seria jocoso, não traduzisse a trágica disposição de transformar o Brasil numa imensa reserva de mercado para indústrias muitas vezes ineficientes à luz dos padrões internacionais. Foi para reagir ao nacionalismo xenóforo da Comissão de Sistematização que o Centrão se viu obrigado a incluir no seu projeto também uma definição de empresa nacional, mais condizente com a realidade dos fatos, mas ainda assim, como assinalamos à época, defeituosa. Melhor e mais aberta do que à proposta nacionalista, mas ainda assim defeituosa nas suas possíveis conseqüências.

Na verdade, a questão que se arma em torno da definição do que seja empresa nacional não é daquelas que marcaram as disputas filosóficas na Idade Média. Há interesses muito claros que se buscam defender ao restringir o conceito de empresa nacional àqueles que têm sede no País e cujo controle decisório e de capital votante esteja em caráter permanente, exclusivo e incondicional sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas no País ou de entidades de direito público interno. Como este é o país dos regulamentos e portarias e não das leis, a partir do momento em que as empresas “na-

cionais” forem assim definidas, e a partir do instante em que um burocrata de turno decidir que só terão acesso ao mercado comprador do Estado as “empresas nacionais”, aquelas que têm sede e administração no País, mas cujo capital votante é em sua maioria estrangeiro, estarão em flagrante condição de inferioridade na competição — com o conseqüente prejuízo para os consumidores. Se a essa definição se acrescentar o empenho que a maioria da Comissão de Sistematização colocou em estabelecer que os investimentos estrangeiros serão admitidos única e exclusivamente “no interesse nacional e disciplinados na forma da lei”, ter-se-á fechado o quadro em que os nacionalistas pretendem encerrar o Brasil, impedindo-o de caminhar para a modernidade. Os nacionalistas e aqueles que gostam de namorar a esquerda têm por costume apontar o poder do *lobby* das empresas em geral, e das estrangeiras, em particular, insinuando, quando não dizendo claramente, que exercem pressão insuportável sobre os constituintes. Esses *lobbies* na verdade são um malogro, pelo que se pode ver pelo voto até agora contra a empresa em geral e contra a modernidade do Brasil. O único *lobby* que funciona é o da esquerda e dos que defendem o atraso tecnológico em nome do nacionalismo.

No caso do petróleo, o naciona-

lismo pretende chegar a extremos não cogitados por Getúlio Vargas quando aprovou a lei que criou a Petrobrás. O que chamou a atenção, durante as discussões na Comissão de Sistematização, foi a vontade da maioria de ampliar o monopólio da União à distribuição de derivados de petróleo, comércio esse que poderá ser delegado pela União a empresas privadas com maioria de capital nacional. A grita que se ergueu contra dispositivo condenado pelo próprio presidente da Petrobrás não permitiu que a atenção se concentrasse em outro dispositivo, igualmente danoso para o País: a proibição de haver contratos de risco.

Esses são alguns dos problemas que dominarão o debate na Assembléa Nacional Constituinte no decorrer da semana. É o futuro do Brasil que está em jogo — vale dizer, o futuro das gerações futuras que correm o risco, a prevalecer o nacionalismo exaltado, de não ter as condições indispensáveis a usufruir dos resultados da moderna tecnologia. Se o Centrão não se apresentar unido para derrotar as pretensões da esquerda reacionária e dos nacionalistas míopes, o perigo de o Brasil envelhecer precocemente aumentará mais do que se pode supor. É por isso que se pode dizer que o que está sendo decidido é se o Brasil será Moçambique ou Japão.